

Jogo de gato e rato

Se dependesse da Vigilância Sanitária, nenhum ambulante venderia comida ou bebida na Rodoviária nem qualquer outra parte do DF, segundo o diretor do órgão, Laércio Carneiro. "Isso é totalmente condenável. As barracas não têm condições sanitárias nem os vendedores possuem conhecimento de regras de higiene para tal atividade."

A maioria dos quiosques não tem torneira, exaustor nem qualquer outro item para garantir a limpeza do ambiente e dos produtos. Lixeiras ficam cheias o dia inteiro. E a fumaça branca das chapas onde são feitos os sanduíches se confunde com a fumaça negra que sai do cano de descarga dos ônibus. Para Laércio, a responsabilidade de coibir a ação dos ambulantes é da Secretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas (Sefau). "Nós até podemos auxiliá-los, desde que convocados", adianta.

O administrador da Rodoviária, Rubens Carneiro, concorda. "A retirada dos ambulantes só depende de ação da secretaria", afirma. "Eu estou aqui para acabar com a bagunça que surgiu com a liberação de autorizações ilegais,

feitas por administradores anteriores", diz. No cargo há dois anos, ele garante que nunca deu nova autorização para algum ambulante.

Carneiro explica que as quase 100 permissões emitidas em 2002 e 2003, sem licitação, foram consideradas ilegais pela Procuradoria-Geral do DF. Os ambulantes conseguiram liminares na Justiça para manter a licença, mas as decisões também foram cassadas por meio de ação da Procuradoria-Geral.

O chefe da fiscalização da Sefau, responsável pelo perímetro da Rodoviária do Plano Piloto, Pedro Henrique Bertucci, alega que espera uma decisão do órgão para retirar os quiosques e barracas irregulares. "Enquanto isso, fazemos operações esporádicas. Todo dia apreendemos material, principalmente frutas. É um jogo de gato e rato."

O Ministério Público do DF já se pronunciou, há mais de um ano, a respeito das barracas e quiosques de lata. Advertiu a Secretaria de Transportes que qualquer autorização para exploração de área pública só pode ser dada mediante concorrência pública. (RA)